

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Arthur Santos Ventura

TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL:
A Evolução da Evidenciação dos Principais Atos da Gestão Administrativa Apresentados
pelas Prefeituras do Brasil.

Brasília, DF
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Mario Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Arthur Santos Ventura

TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL:

A evolução da evidenciação dos principais atos da gestão administrativa apresentados pelas prefeituras do Brasil.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Ms. Edmilson Soares Campos

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Contabilidade, finanças e orçamento público

Brasília, DF
2013

VENTURA, Arthur Santos

TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL: A evolução da evidenciação dos principais atos da gestão administrativa apresentados pelas prefeituras do Brasil / Arthur Santos Ventura -- Brasília, 2013.

29 páginas

Orientador(a): Prof. Ms. Edmilson Soares Campos

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2012.

Bibliografia.

1. Transparência 2. Municípios 3. Evolução 4. Prefeituras

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

CDD –

Arthur Santos Ventura

TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL:

A evolução da evidenciação dos principais atos da gestão administrativa apresentados pelas prefeituras do Brasil.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Ms. Edmilson Soares Campos
Orientador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Ms. Lucas Oliveira Gomes Ferreira
Examinador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF, 01 de Março de 2013

TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL:

A Evolução da Evidenciação dos Principais Atos da Gestão Administrativa Apresentados pelas Prefeituras do Brasil.

RESUMO

O município é a estrutura administrativa mais próxima do cidadão e a evidenciação das informações de sua gestão de forma transparente possibilitam um maior controle de como está sendo o planejamento e a eficiência governamental dos recursos geridos, atendendo às demandas sociais. O objetivo do artigo surge no sentido de verificar se houve desenvolvimento quanto ao número de sites e informações disponibilizados pelas prefeituras como forma de transparência, tendo como base o período de pesquisa feita por Lock (2003), o qual efetuou a consulta aos sites municipais nos meses de Outubro e Novembro de 2002, e assim fazer a comparação com a pesquisa atual feita nos portais entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2013. A partir de pesquisa quantitativa, catalogando em planilha eletrônica os dados observados nos portais eletrônicos municipais, sobre os mecanismos de Evidenciação Receitas e Despesas; Demonstrações Contábeis da Entidade; Divulgação das Audiências Públicas; e Contato Eletrônico direto com a Prefeitura, vê-se um aumento numérico de municípios transparentes, pois a quantidade de prefeituras com informações de clareza na gestão quase triplicou, porém a evolução não alcançou o esperado pela Legalidade e Controle Social, em que o número de municípios com informação de transparência não chega nem a 50% da amostra de 235 municípios pesquisados.

Palavras-Chaves: Transparência, Prefeituras, Evolução, Portais Eletrônicos Municipais.

1. Introdução

Uma administração pública que resulte em um maior número de benefícios para a sociedade deve ser planejada, transparente e eficiente. A transparência no processo de gestão é um dos mecanismos de “ampliação da divulgação das ações governamentais, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigiando e desenvolvendo as noções de cidadania” de acordo com a Controladoria Geral da União. No processo histórico de transparência na gestão fiscal são observados vários marcos, que determinaram padrões a serem seguidos pela administração pública e muitas vezes a forma de utilização dos recursos governamentais.

Um dos marcos do processo foi a implantação da Lei complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que em conjunto com a Lei Complementar nº 131/2009 – Lei de Transparência ditam sobre instrumentos para assegurar a transparência pública, mediante o acesso a informações relevantes e tempestivas ao cidadão usuário da informação, bem como o incentivo a uma maior participação popular no processo da gestão pública, estabelecendo prazos para implantação dos mecanismos citados acima que terminam no mês de Maio de 2013. Segundo Sacramento e Pinho (2007) ”a transparência na administração pública vai além da simples divulgação ou publicação de informações elaboradas pelos seus gestores, devendo, pois alcançar um nível de evidenciação tal que permita a sociedade julgar as ações dos seus gestores”.

Observada a importância de uma gestão pública que divulgue seus atos com clareza, muitos trabalhos acadêmicos foram executados com objetivo avaliar e demonstrar como a

transparência estava sendo apresentada pelos diversos níveis da administração pública, no âmbito federal, estadual e municipal. Lock (2003) buscou constatar se as prefeituras do Brasil estavam disponibilizando informações sobre demonstrativos contábeis, prestação de contas e audiências públicas de acordo com o Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal; Santana Júnior (2009) analisou o nível de transparência fiscal eletrônica no âmbito estadual dos poderes e órgãos, relacionando-o com indicadores socioeconômicos; e Santos (2011) objetivou avaliar o nível de transparência eletrônica apresentado pelos Poderes Executivos dos maiores municípios brasileiros.

Variados aspectos e áreas da gestão pública já foram pesquisados quanto a quesitos sobre a clareza na evidenciação de atos da sua administração, e o trabalho em questão visa dar continuidade a pesquisa sobre itens relacionados à transparência de atos da gestão de municípios do Brasil, pelo fato da administração municipal ser uma característica marcante do país, que a partir da constituição de 1988 se caracteriza por uma administração descentralizada.

Segundo Vitte (2006) “A Constituição de 1988 assegurou maior autonomia de decisões aos estados e municípios, tendo presente o ideário da descentralização, da democracia e da participação da população, vistos como condições de cidadania”. Assim a pesquisa busca mostrar aspectos sobre a transparência da gestão das prefeituras, que representam um grande percentual da estrutura organizacional do nosso país. A partir do que foi apresentado, surge a seguinte questão: **qual a evolução da transparência eletrônica na gestão pública, apresentada pelas prefeituras dos municípios do Brasil?**

O instrumento de transparência eletrônica na gestão pública é um importante mecanismo para o desenvolvimento da sociedade através da redução da corrupção e o aumento do vínculo entre sociedade e governo, logo o objetivo geral da pesquisa é analisar a evolução da transparência eletrônica apresentada pela gestão dos municípios do Brasil, que devem fornecer informações suficientes para a demanda do cidadão, resultando numa sociedade estruturada, participativa e homogênea quanto ao quesito informativo.

Através de consulta em outros trabalhos realizados sobre a transparência no processo de gestão, constatou-se que Lock (2003) havia pesquisado sobre a ampla divulgação em meios eletrônicos do acesso às informações que mostrassem ao cidadão como estavam sendo administrados os municípios, e a conclusão da pesquisa mostrou que menos de um quarto dos 208 municípios do interior pesquisados possuía site na internet e apesar de 26 das 27 prefeituras de capitais possuírem site na internet, não evidenciavam as informações da gestão de forma clara e objetiva para facilitar o entendimento do cidadão.

No contexto encontrado por Lock, que consultou os portais municipais entre Outubro e Novembro de 2002, onde a grande maioria das prefeituras pesquisadas não informava adequadamente ao cidadão, pelo meio eletrônico, dados relativos a gastos, planejamento e orçamento de sua gestão, o objetivo específico do artigo surge no sentido de constatar de que forma estão apresentados os mecanismos disponibilizados nos portais de transparência e comparar com os resultados da pesquisa no período citado de 2002 para a construção do objetivo principal do artigo. Assim a pesquisa de Lock serve como base para o alcance do objetivo de constatar se houve evolução, e especificamente será observado como estão sendo divulgados os principais mecanismos de transparência percebidos nos portais das prefeituras.

Para corresponder ao problema de pesquisa levantado o artigo busca a análise dos municípios pesquisados por Lock (2003), verificando através de pesquisas pela internet se existem páginas das prefeituras divulgando os atos e fatos praticados pela sua gestão e quais são os tipos de informações, então averiguar se houve evolução dos resultados encontrados na pesquisa realizada por Lock nos meses de Outubro e Novembro de 2002. Através de pesquisa bibliográfica e embasamento no referencial teórico moldam-se critérios para examinar os principais mecanismos de transparência apresentado nos portais municipais encontrados.

2. Revisão de Literatura

2.1 Legalidade e Transparência

A Lei Complementar nº 131/2009 – Lei de Transparência surge para complementar o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo normas de finanças públicas em relação à responsabilidade na gestão fiscal, objetivando a disponibilização de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O artigo 48-A acrescido pela Lei nº 131/09 complementa o inciso II citado acima, determinando que os entes da Federação devem disponibilizar informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A Lei de Transparência também institui prazos, que terminam em Maio de 2013 para a última camada de municípios exigidos, com intuito de implantar os recursos eletrônicos de acesso público às informações governamentais, de acordo com os incisos do Art. 73-B incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009, ficam estabelecidos os prazos para implantação de:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.

Outro aspecto importante na gestão das entidades públicas é a elaboração de suas demonstrações contábeis ao final de cada exercício financeiro, e o artigo 101 da Lei nº 4.320/1964 traz a regulamentação de tal ato, ditando que “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais”.

Os demonstrativos citados acima se complementam refletindo a estrutura pública em sua totalidade, o que vai de encontro com o mostrado por Lima e Castro (2007) que enxerga os objetivos da contabilidade pública no registro da previsão e fixação das despesas e receitas, registro dos Ativos e Passivos, na escrituração e acompanhamento da execução orçamentária e financeira, no controle das obrigações do ente público e apresentação das variações patrimoniais.

Vê-se então que os dispositivos citados acima fortalecem o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal que reserva parte do capítulo IX de sua redação para tratar sobre a transparência da gestão fiscal, e motiva a pesquisa deste artigo por identificar que os prazos de implantação do acesso por meios eletrônicos de informações sobre a execução orçamentária e financeira da administração pública para a sociedade estão em seu término.

2.2 Contabilidade Pública e Gestão Transparente

Segundo Lima e Castro (2007, p. 1) “a contabilidade pública é o conhecimento especializado da Ciência Contábil que aplica no processo gerador de informações os

conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental”, objetivando assim, fornecer à sociedade informações que promovam o entendimento dos atos praticados pela gestão pública, sendo um conceito que deve estar presente na governança corporativa do setor público onde PSC/IFAC (2001, p. 1) indica que a governança corporativa aplicada efetivamente no setor público “pode encorajar o uso eficiente de recursos, exigência de responsabilidade em prestar contas ao administrador dos recursos, aperfeiçoar a administração e entrega dos serviços e, portanto, contribuir para melhorar a vida das pessoas”, o que torna as entidades do setor público mais confiáveis. Assim a Contabilidade Pública deve ser aplicada no intuito de trazer informações que produzam melhoras nos processos administrativos da gestão pública.

Juntamente com a evolução dos processos de contabilização do patrimônio público existe a necessidade cada vez maior de uma gestão pública transparente, pois segundo Boina, Souza, Avelar e Gomide (2008) “a contabilidade governamental se apresenta como um dos instrumentos no processo de promoção da transparência na gestão pública, uma vez que é a responsável pela elaboração e publicação das informações financeiras das entidades públicas”.

De acordo com Vieira (2011) a publicidade proporciona aos cidadãos e aos órgãos públicos um meio e fiscalização da administração pública, consistindo em “divulgar oficialmente esses atos, conferindo-lhes a transparência para o conhecimento do público e o início de seus efeitos jurídicos”, acrescenta dizendo que “a transparência se consagra como uma condição indispensável para o exercício da cidadania. Além disso, ela estimula os administradores a agirem com responsabilidade e zelo na gestão governamental”, por fim, Vieira (2011) ressalta que a transparência vem ganhando destaque no cenário nacional e internacional porque fomenta o controle social sendo um mecanismo de combate a corrupção e de fortalecimento da gestão fiscal.

A obrigatoriedade do Estado de informar aos cidadãos os atos da gestão de recursos públicos é destacada por Lima (2010) que discute o termo “*accountability*” com objetivo de salientar o processo do administrador público em transmitir as informações de sua gestão para a sociedade, prestando contas acerca do patrimônio público. Lima (2010) enfatiza a importância do uso da internet para divulgação das informações públicas além do controle social dos recursos governamentais no Estado *Accountable* “que pode contar com alto nível de credibilidade junto à sociedade”.

A discussão sobre *accountability* no setor público em Lima (2010) tem o mesmo entendimento que Oliveira (2002) conceituando *accountability* como a integração de todos os meios de controle (formais e informais) pela apresentação de demonstrativos que facilitem a compreensão da sociedade quanto ao que está sendo evidenciado. Assim “o relacionamento entre fiscal e fiscalizado deve, por isso, apoiar-se num sentimento de mútua confiança e cooperação com o objetivo de manter os bens públicos protegidos da corrupção e eficientemente orientados ao proveito de toda a coletividade” (Oliveira, 2002, p.146).

Outro mecanismo de transparência na gestão pública é a participação popular também, que está assegurada pela Lei Complementar nº 131/2009 – Lei de Transparência:

Parágrafo Único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

A participação popular conforme Soares (2002) “propicia ao particular a troca de informações com o administrador, bem assim o exercício da cidadania e o respeito ao princípio do devido processo legal em sentido substantivo”.

A audiência pública surge como um dos elementos importantes de participação popular no processo decisório contribuindo, conforme Cabral (2006) “para a conscientização do indivíduo com os problemas da comunidade e ainda cumpre um papel legitimante da ação

administrativa, atuando o ideal rousseauiano de fazer convergir a vontade administrativa com a vontade geral da comunidade”.

O resultado da pesquisa de Santana Júnior (2009) mostra a importância da transparência no aspecto amplo, onde “foi possível concluir pela existência da associação entre os indicadores econômico-sociais e os níveis de transparência fiscal eletrônica observados nos sites dos Poderes/Órgãos analisados, com exceção dos Ministérios Públicos estaduais, cuja associação não foi encontrada em nenhuma das situações testadas”. Assim, Santana Júnior mostra que a transparência pública através da contabilidade governamental, juntamente com o mecanismo de gestão pública por meio da participação popular, influe no desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

2.3 Transparência Municipal

O processo de descentralização da gestão administrativa no Brasil culmina, em 1988, conforme Prado (2001) “numa reforma constitucional que o formaliza e consagra”, e em consonância com Vaz (2000) “a descentralização implica a transferência efetiva de poder decisório para os agentes locais da administração municipal”.

Santos Júnior (2002) constatou que a reforma nas instituições de governo local do Brasil decorreu do declínio das entidades políticas de decisão e representação, centralizadas nas esferas de governo nacional incapazes de responder ao momento político, econômico e social em que se inseria o país. Completa dizendo que existe um novo papel exercido pelo poder público e cidadão, exigindo “a reconfiguração dos mecanismos e dos processos de tomada de decisões, o que faz emergir um novo regime de ação pública, descentralizado, no qual são criadas novas formas de interação entre governo local e sociedade”.

As novas formas de interação entre administração local e a população são apresentadas na figura do município, e Cruz, et al (2012) enxergam o município como “o ente federativo mais próximo dos cidadãos e ao qual esses recorrem para suprir as principais demandas sociais. Considera-se que isso potencializa o interesse da coletividade por informações sobre a gestão dos recursos públicos sob responsabilidade dos gestores municipais”.

A importância dos municípios na gestão administrativa da sociedade é discutida por Vitte (2006) que percebe o papel dos municípios na promoção do desenvolvimento com “o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos e, enfim, da gestão local”. Por fim, Vaz (2000) reconhece que “a descentralização aumenta a transparência das ações do governo e é positiva para o desenvolvimento da participação da população na solução dos próprios problemas”.

Destacada a importância municipal na estrutura organizacional do Brasil e a demanda cada vez maior por informações de sua gestão, Vaz (2000) mostra aspectos que incorporam a transparência em um modelo de gestão municipal, citando como exemplo: Ouvidoria pública municipal, modernização dos processos administrativos, sistemas de atendimento ao cidadão, simplificação do orçamento, fornecimento de informações para a sociedade civil e o uso da tecnologia da informação para “implantar sistemas destinados a tornar públicas informações sobre as ações do governo municipal”.

A transparência pública é um instrumento que fortalece a democracia incentivando a participação popular nas questões governamentais, logo é necessário um meio que disponibilize amplo acesso às informações da gestão administrativa, e segundo Porto, Castro e Perottoni (2006) atualmente “a forma mais eficaz de tornar pública as informações e democratizar o acesso a elas é através dos meios eletrônicos, em especial pela internet”. Paiva e Zuccolotto (2009) entendem que o objeto da transparência na gestão fiscal se relaciona ao “fluxo crescente e tempestivo de informação econômica, social e política sobre a administração municipal em meios eletrônicos de acesso público”.

A Associação Transparência Municipal ATM-TEC, que é uma instituição de ensino, pesquisa aplicada e de desenvolvimento institucional e de tecnologia, produto, processo e serviços inovadores, voltados para a promoção da transparência pública, eficiência da gestão pública e cidadania tem como objetivo fortalecer a capacidade institucional das administrações municipais brasileiras, e enxerga a importância da transparência municipal através de múltiplos fatores que geram a imagem positiva da gestão municipal interna e externamente:

Para a ATM, a relevância da Política de Transparência Administrativa cresce quando se considera que ela prepara prefeituras e câmaras municipais para o convívio entre a democracia representativa e a democracia participativa, além de:

1. organizar informações, registros administrativos e atos de governo;
2. criar, por canais modernos de comunicação, mecanismos de interação entre a democracia representativa e a democracia participativa;
3. garantir aos cidadãos o direito de acessar informações de interesse particular, ou coletivo, registros administrativos e informações sobre atos de governo;
4. assegurar o direito de petição, certidão e reclamações relativos à prestação dos serviços públicos; e
5. combater a corrupção.

A relevância da transparência examinada pela ATM vai de encontro com a pesquisa feita por Lock (2003) através da análise sobre o nível de apresentação das informações geradas pela Contabilidade Pública, como forma de gestão municipal transparente e o autor percebe que “a transparência do setor público gera credibilidade e permite que a sociedade tenha condições de exercer controle quanto a utilização dos recursos públicos”.

A utilização do mecanismo de transparência na gestão pública, de acordo com Lock (2003), deve ser feita através de uma linguagem que facilite a análise do cidadão criando condições para que a sociedade possa “criticar ou tenha conhecimento sobre: onde, como, porque e quanto do recurso público está sendo aplicado”. Lock (2003) constatou com o resultado de sua pesquisa o oposto do que se espera no uso da transparência na administração municipal, onde as informações divulgadas estão baseadas unicamente na legislação e distantes da compreensão do cidadão.

Segundo Santos (2011) “Com o amadurecimento da democracia no Brasil e as reformas administrativas na gestão pública brasileira a atuação do Estado deve ser sempre acompanhada. Por isso a importância da sociedade ser informada da atuação dos gestores, em especial, do Poder Executivo municipal que tem maior proximidade e atuação na realidade do cidadão”. Vê-se que o município é um ente da estrutura organizacional do Brasil que tem papel importante no desenvolvimento socioeconômico do país, bem como na evolução dos mecanismos de transparência pública.

3. Metodologia

O estudo em questão utiliza-se de uma pesquisa descritiva através das características apresentadas pelos portais das prefeituras pesquisadas, quanto à forma de abordagem é quantitativo. A estrutura do artigo empregada é transversal onde os dados de pesquisa são observados em um momento específico do tempo entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2013, porém pela comparação com a pesquisa efetuada por Lock (2003), o estudo analisa se houve evolução na transparência eletrônica em municípios brasileiros do período entre Outubro e Novembro de 2002, momento em que Lock acessou os sites das prefeituras, em relação à Janeiro e Fevereiro de 2013.

Na pesquisa foram examinados os 235 municípios investigados por Lock (2003), constituídos por 27 administrações de capitais e 208 prefeituras do interior, e tal escolha de

amostra foi feita com o objetivo de verificar a evolução dos aspectos de transparência eletrônica das prefeituras equiparando os 2 meses observados em 2002 e os dois de 2013.

Através da observação dos sítios disponibilizados pelas prefeituras para população são verificados quatro aspectos principais, que de acordo com a legalidade e as investigações científicas destacadas no referencial teórico são mecanismos de transparência pública que promovem a democracia participativa, e segundo Oliveira (2002) protegem os bens públicos de atos de corrupção e direcionam o seu uso eficientemente orientado para o proveito de toda coletividade.

A análise pretendida no artigo se baseia na metodologia utilizada por Lock (2003) através de investigação direta das home-pages das prefeituras, para identificar quais informações de sua administração estão sendo divulgadas e de que forma são apresentadas. Para a busca dos sites municipais primeiro se consultou os sites já encontrados na pesquisa de Lock. Os sites governamentais (com a terminação “.gov.br”) que já tinham sido encontrados foram mantidos para a coleta dos dados pesquisados, para os municípios que na época somente foram encontradas páginas comerciais (com a terminação “.com.br”), foi feita uma nova pesquisa visando encontrar páginas governamentais criadas após Outubro e Novembro de 2002, e caso não fossem encontradas eram mantidos os sites comerciais achados por Lock.

Conforme estudo de Lock (2003), para os municípios em que não foi localizada nenhuma página na internet utilizou-se uma estrutura de endereço eletrônico padrão: www.nomedomunicipio.abreviaturadoestado.gov.br. Nos casos em que não foi encontrada página da prefeitura, usaram-se os mecanismos de busca Google e Cadê para achar a Home-page da prefeitura, logo, caso não fosse descoberta, o município constaria na pesquisa como sem site localizado.

A forma de coleta dos dados pesquisados também se firma na metodologia empregada por Lock, através do catálogo em planilha eletrônica dos 235 municípios identificando inicialmente os seguintes dados: A data de acesso ao site da prefeitura, tendo em vista que a página pode ser posteriormente modificada; o endereço eletrônico dos sites localizados; e por fim catalogava-se a planilha com pontuação binária, onde 1 significava que o portal apresentava o mecanismo verificado e 0 quando o site não o apresentava. Assim, foram segregados na planilha os sites que funcionavam na data da pesquisa e disponibilizavam dados e informações como forma de transparência da gestão.

Os quatro principais mecanismos de transparência da gestão pública que foram verificados nos sítios das prefeituras são: a evidenciação das despesas e receitas realizadas pelas prefeituras, exigida no artigo 48-A da lei de transparência; as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades públicas conforme artigo 101 da Lei 4320/1964: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais; se as audiências públicas estão sendo realizadas e divulgadas pelas prefeituras em seu sítio; e se existe uma forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico.

A evidenciação das despesas e receitas do exercício das prefeituras é um demonstrativo que segundo Lock (2003) deve ser evidenciado de forma a facilitar a crítica e o conhecimento de onde, quanto e quando foi aplicado ou obtido o recurso informado. A questão da temporalidade da informação também é um aspecto a ressaltar quanto a este mecanismo, pois a acompanhamento de informações atualizadas mês a mês, dos gastos e recebimentos das prefeituras, produz um controle social mais capacitado.

As demonstrações contábeis aplicadas às entidades públicas segundo Lima e Castro (2007) ainda estão direcionadas para o controle do orçamento público, porém vê-se que esses instrumentos de acesso à informação são as formas de divulgação que mais se aproximam de uma visão patrimonial necessária a se obter da estrutura pública. Assim, demonstrações contábeis combinando a visão orçamentária e patrimonial geram um maior resultado quanto

ao quesito informativo, de acordo com Lock (2003), “a partir do momento que as Demonstrações Contábeis tornarem-se transparentes e de fácil entendimento, aumentará o controle e confiabilidade por parte da sociedade”.

O instrumento de participação popular citado na Lei Complementar nº 131/2009 – Lei de Transparência é a audiência pública e por meio dela o cidadão intervém no processo decisório da administração pública, debatendo sobre os assuntos de seu interesse gerando propostas sobre determinado assunto levada para aprovação ao órgão responsável. Então, cabe às prefeituras municipais apresentar divulgação sobre audiências públicas relacionadas à sua gestão, promovendo o incentivo à participação popular.

De acordo com a Constituição Federal, no inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - que dispõe que: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Logo, a disponibilização de uma forma de contato direto entre prefeitura e cidadão no meio eletrônico é um instrumento assegurado pela Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à informação, para cumprir o disposto na Constituição, pois possibilita um meio para pedido de dados públicos não divulgados, e um mecanismo em que o cidadão pode fazer denúncias, elogios, reclamações e esclarecer dúvidas.

Para serem considerados como apresentados nos portais eletrônicos municipais, os quatro principais mecanismos de transparência citados acima deveriam obedecer ao critério da divulgação de informações recentes sobre atos de sua gestão estipulados, onde percebe-se que para os quatro mecanismos investigados ganharem nota positiva na tabulação dos dados era necessário que tais dados fossem relativos, no mínimo, ao ano 2011.

O ano de 2011 foi estipulado como medida de tempo para melhor segregar municípios que divulgam informações de transparência dos que não possuem informações atualizadas ou nem as disponibilizam, acrescentando maior relevância para a pesquisa. Além disso, muitos conteúdos contábeis e financeiros relacionados a esse período ainda estão atualizados, pois alguns dados de 2012 demandam um período maior de tempo para sua confecção e evidenciação, como exemplo as demonstrações contábeis aplicadas às entidades públicas do exercício de 2012, que ainda não apresentavam divulgação em muitos portais durante a pesquisa entre Janeiro e Fevereiro de 2013.

A partir da pesquisa nos sites das prefeituras sobre os quatro mecanismos citados acima, se percebe que a evidenciação das despesas e receitas, e as demonstrações contábeis aplicadas às entidades públicas são instrumentos de transparência pública que visam o controle através do exame de atos já praticados. Quanto aos mecanismos da audiência pública e a forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico, são métodos de transparência diferentes dos dois primeiros citados, pois promovem a participação popular ainda no processo de resolução dos atos da administração governamental.

4. Análise de Dados dos Portais Municipais

A pesquisa de dados e informações nos portais municipais encontrados, utilizando a amostra de 235 municípios examinados por Lock entre Outubro e Novembro de 2002 para comparar e observar se houve evolução quantitativa na disponibilização dos meios de transparência da gestão nas prefeituras municipais, mostra o aumento da quantidade de municípios que divulgam informações de sua gestão na internet através dos aspectos de transparência pesquisados, pois foram encontradas informações sobre os mecanismos de transparência analisados em 112 sites municipais, englobando cidades do interior e capitais, e na pesquisa efetuada nos meses de 2002 o número encontrado foi de 39 municípios que efetuavam a divulgação de forma transparente.

Os resultados das verificações mostram que não foram encontradas páginas na internet de 58 prefeituras, todas de municípios do interior, e das 177 localizadas em 65 não se encontrou no portal eletrônico da prefeitura, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão. Em relação aos sites das prefeituras localizados, no qual não necessariamente se divulga itens de transparência da gestão, o aumento de sites localizados foi expressivo, entre Janeiro e Fevereiro de 2013 encontrou-se 177 sites e nos meses de 2002 foram 77 sites achados, ou seja, houve um aumento superior a 100% do número de sites municipais da amostra.

As evoluções observadas nos parágrafos acima podem ter sido influenciadas por muitas tendências, exigências e forma de administração governamental praticada durante o período de 10 anos e 1 mês entre a pesquisa atual e a confeccionada por Lock, como por exemplo: a atuação legal sobre a discussão da transparência pública; o aumento da acessibilidade dos cidadãos à internet; e a observância da transparência administrativa como item importante para melhorar a organização da estrutura governamental e também fortalecer o vínculo da democracia participativa.

Porém, vê-se que um aumento expressivo em relação à quantidade numérica de municípios com portais informativos transparentes poderia ser ainda maior, se durante o período entre as pesquisas fosse dada a importância devida, tanto por parte dos governantes como também pelo controle social, à evidenciação pública dos atos da gestão administrativa.

Observa-se que a quantidade de prefeituras com divulgação transparente poderia ser superior, porque o espaço de tempo entre uma pesquisa e outra é grande, podendo ocorrer muitas mudanças no sentido positivo quanto ao assunto da transparência, e também pelo fato da Lei 131/09 – Lei de Transparência exigir em 2013 que todos os municípios utilizem os portais eletrônicos para apresentar a transparência pública dos atos de sua gestão administrativa, fato que ainda não ocorre.

Para alcançar os resultados da pesquisa no âmbito municipal, sobre a evolução da transparência eletrônica na gestão pública, onde muitas prefeituras ainda não evidenciam seus atos, usou-se planilha eletrônica, conforme apêndice, atribuindo pontuação aos mecanismos pesquisados cuja nota máxima seria de seis para as prefeituras municipais que apresentassem em seus sites informações de todos os mecanismos de transparência observados no período entre Janeiro e Fevereiro de 2013.

Os mecanismos de Transparência pesquisados são: a Evidenciação, Detalhamento e Temporalidade das Despesas e Receitas do município; Apresentação das Demonstrações Contábeis aplicadas às Entidades Públicas; Divulgação sobre as Audiências Públicas realizadas pela Administração Municipal; e disponibilização de forma de contato entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico. No Quadro 1, constam os 17 municípios que obtiveram pontuação máxima de seis, conforme os aspectos citados anteriormente.

QUADRO 1 – Municípios que apresentam todos os mecanismos verificados

Cidades do Interior com Pontuação Máxima			
MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico
Entre Rios do Oeste	PR	20/1/2013	www.entrieriosdoeste.pr.gov.br
Juiz de Fora	MG	20/1/2013	www.pjf.mg.gov.br
Marechal Cândido Rondon	PR	30/1/2013	www.mcr.pr.gov.br
Nova Mutum	MT	21/1/2013	www.novamutum.mt.gov.br
Nova Santa Rosa	PR	21/1/2013	www.novasantarosa.pr.gov.br
Porto Estrela	MT	30/1/2013	www.portoestrela.mt.gov.br
Uberlândia	MG	23/1/2013	www.uberlandia.mg.gov.br

Capitais com Pontuação Máxima			
MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico
Aracaju	SE	1/2/2013	www.aracaju.se.gov.br
Florianópolis	SC	1/2/2013	www.pmf.sc.gov.br
Maceió	AL	1/2/2013	www.maceio.al.gov.br
Natal	RN	1/2/2013	www.natal.rn.gov.br
Porto Alegre	RS	1/2/2013	www.portoalegre.rs.gov.br
Recife	PE	1/2/2013	www.recife.pe.gov.br
Rio de Janeiro	RJ	1/2/2013	www.rio.rj.gov.br
Salvador	BA	1/2/2013	www.salvador.ba.gov.br
São Paulo	SP	1/2/2013	www.prefeitura.sp.gov.br
Vitória	ES	2/2/2013	www.vitoria.es.gov.br

Fonte: Dados de Pesquisa

Além do critério estabelecido das informações dos mecanismos serem no mínimo do ano de 2011 para ser atribuído 1 na planilha eletrônica, a observação das páginas eletrônicas das prefeituras mostrou a necessidade da adoção de mais dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao fato da demonstração de informações da prefeitura como um todo para avaliação positiva do mecanismo na planilha, pois existe a necessidade do cidadão de visualizar a estrutura administrativa municipal em sua totalidade. Outro item seria o teste da funcionalidade dos mecanismos de transparência encontrados, então, caso o mecanismo não estivesse funcionando no momento da pesquisa, provocaria pontuação zero na planilha eletrônica sobre este.

O lapso de tempo entre a pesquisa de Lock (2003) e esta mostrou a necessidade de pequenas adaptações amostrais e de critérios de exame da pesquisa, visando acrescentar novas interpretações surgidas após 2003, como o advento da Lei de Transparência, e diversificar o campo de pesquisa. Entre as principais adaptações verifica-se: a mudança de nome do município Presidente Juscelino – RN que agora se chama Serra Caiada e também a utilização do Distrito Federal na amostra ao invés de Brasília, pelo fato de a região do DF ter características administrativas tanto estaduais como municipais.

4.1 Evidenciação, Detalhamento e Temporalidade das Despesas e Receitas

A disponibilização das despesas e receitas relacionadas à administração do município é exigida especificamente no artigo 48-A, incisos I e II da Lei Complementar nº 131/2009 – Lei de Transparência citada na revisão de literatura, que acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 4 de maio de 2000. Por se tratar de item previsto legalmente estando bem delimitado quanto à obrigatoriedade do acesso público a esse tipo de informação, além de estabelecer o período máximo em que os dados devem estar disponíveis e delinear qual o tipo de informação a se expor a sociedade, as despesas e receitas foram o mecanismo de transparência que estava presente no maior número de portais eletrônicos pesquisados.

O detalhamento e a temporalidade das despesas e receitas são observados na planilha eletrônica como mecanismos de verificação, porque auxiliam o cidadão no entendimento e controle de como estão sendo utilizados os recursos públicos. Lock (2003) enfatizou a importância da apresentação dos mecanismos de transparência de modo que a sociedade “tenha conhecimento sobre: onde, como, porque e quanto do recurso público está sendo aplicado”, daí surge a necessidade dos critérios de detalhamento e temporalidade utilizados.

A temporalidade demanda nos sites em relação à apresentação das despesas e receitas, era de mês a mês, pois ajuda na identificação de quando o recurso foi obtido ou executado

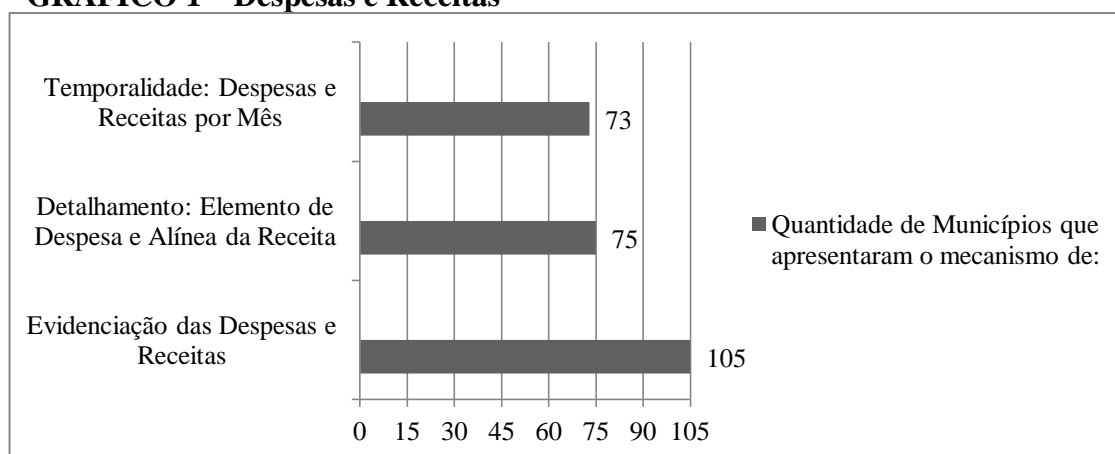
pela administração e também por esse ser o meio que melhor segregava as prefeituras com informações transparentes das demais. Assim, a prefeitura que apresentava em seu portal as despesas e receitas por mês recebia pontuação 1 na planilha.

Na pontuação dos mecanismos para que o município ganha-se nota um para o aspecto de detalhamento da despesa era necessário informar o elemento de despesa efetuado, que segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012, “tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma”. Quanto à receita procurou-se o detalhamento até a alínea da receita, pois de acordo o mesmo manual citado acima, a alínea “exterioriza o “nome” da receita que receberá o registro pela entrada de recursos financeiros”, como exemplo o IPTU, identificando assim onde foram aplicados os recursos e de que forma estão sendo arrecadados.

Os resultados obtidos na tabulação dos dados de receitas e despesas são apresentados também no Gráfico 1 – Despesas e Receitas a seguir, e mostrou 105 municípios evidenciando suas despesa e receitas, porém apenas 75 as detalharam ao nível de Elemento de Despesa e Alínea da Receita e 73 apresentaram na modalidade mês a mês.

O Gráfico tem no eixo horizontal o limite de 105, que foi o número total de prefeituras que evidenciaram no site os recebimentos e aplicações, logo seu intuito não é mostrar a parcela de municípios que apresentou o mecanismo de evidenciação em relação à amostra de 235 municípios. Sua aplicação serve para visualizar que nem todos os 105 detalharam e mostraram nos portais as despesas e receitas mês a mês, sendo o ideal que as barras de Temporalidade e Detalhamento chegassem limite do eixo horizontal, mostrando que todos os municípios que evidenciem suas Receitas e Despesas, as detalhe e apresente mês a mês.

GRÁFICO 1 – Despesas e Receitas



Fonte: Dados de Pesquisa

Como já salientado antes no artigo, este mecanismo de análise observado nos sites das prefeituras foi um aspecto constatado depois da pesquisa efetuada por Lock, que confeccionou a pesquisa entre Outubro e Novembro de 2002 sobre outros itens que promovem uma visão orçamentária da gestão municipal, logo, o mecanismo de evidenciação, detalhamento e temporalidade das Receitas e Despesas é um fator que visa acrescentar e diversificar o campo de pesquisa da transparência pública interpretada por Lock (2003).

Apesar das despesas e receitas não serem um dado idêntico de comparação com os demonstrativos de execução orçamentária e gestão fiscal, pesquisados por Lock, por se tratarem, os dados verificados em 2002 e 2013, de meios de evidenciação das despesas e receitas da administração municipal é possível observar se houve evolução dos portais eletrônicos no fornecimento de informações como forma de transparência. Considerando os relatórios de gestão fiscal e da execução orçamentária, pesquisados por Lock (2003), como

objeto que evidencia as despesas e receitas, vê-se uma evolução considerável, pois em apenas 18 prefeituras se encontrou pelo menos um dos relatórios, demonstrando assim suas receitas e despesas, e entre Janeiro e Fevereiro de 2013 cento e cinco prefeituras divulgavam suas arrecadações e aplicações.

Importante ressaltar que os relatórios da execução orçamentária e de gestão fiscal, apesar de não conterem o detalhamento analisado no estudo, por não alcançarem alínea da receita e elemento de despesa e também por não terem a temporalidade examinada, por serem bimestrais e quadrimestrais, são relatórios essenciais para outras formas de transparência e controle, principalmente do controle da dívida pública e dos gastos com educação e saúde.

4.2 Demonstrações Contábeis aplicadas às Entidades Públicas

O subitem em questão é reflexo da contabilidade aplicada ao setor público, e de acordo com Conselho Federal de Contabilidade (CFC) “na Contabilidade, o objeto é sempre o PATRIMÔNIO de uma Entidade”, assim a importância da contabilidade na administração pública é vista por Lima e Castro (2007, p. 1) como a demonstração de um patrimônio que demanda acompanhamento através de registro e controle “para que os administradores públicos avaliem se os objetivos da entidade pela qual são responsáveis estão sendo atingidos. Tais procedimentos permitem, também, que a sociedade possa verificar se os recursos públicos estão sendo diligentemente administrados”.

Vista a importância da escrituração contábil no setor público, observa-se que os resultados de pesquisa encontrados não são favoráveis, onde em apenas 35 municípios encontrou-se os quatro demonstrativos contábeis citados na revisão de literatura e ditos pelo artigo 101 da Lei nº 4.320/1964, representando aproximadamente 15% dos municípios pesquisados. O achado na pesquisa é consequência da pouca divulgação dos demonstrativos pelas cidades do interior, resultando em 17 das 208 apresentando os quatro demonstrativos e 18 das 27 capitais que também os apresentaram, somando um ponto na planilha.

Para o alcance dos dados verificados considerou-se a necessidade de evidenciação dos seguintes demonstrativos contábeis públicos: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. A demanda na pesquisa pelos quatro demonstrativos se deve ao fato de os demonstrativos se complementarem, refletindo a estrutura municipal em sua totalidade. Importante destacar que a portaria do Tesouro Nacional nº 753, de 21 de Dezembro de 2012, dita sobre a adoção até o término do exercício de 2014 para os entes da Federação, de mais dois demonstrativos além dos quatro já citados acima, que seriam: DFC e DMPL, estando os seis demonstrativos dispostos na parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição.

Os demonstrativos contábeis se enquadram nos conteúdos financeiros e contábeis que demandam um período maior de tempo para sua confecção e evidenciação, logo, alguns dados referentes ao ano de 2012 que ainda não estão sendo apresentados, devem ser incluídos após o período em que foi realizada a consulta nos portais, ainda no início do ano de 2013. Em média, as prefeituras da amostra que divulgaram os Balanços, os publicaram entre o período de março e abril do ano subsequente, daí a admissão para coleta de dados do ano de 2011.

A comparação de pesquisa mostra que Lock encontrou apenas 5 prefeituras divulgando seus quatro demonstrativos contábeis e no trabalho atual foram encontrados em 35 prefeituras. O aspecto constatado salienta ainda mais o que Lima e Castro (2007, p. 169) afirmam, dizendo que “a estrutura das demonstrações contábeis do setor público brasileiro ainda está fundamentada no controle do orçamento público, tendo seus ativos e passivos estruturados para verificar déficits e superávits ao longo dos anos”, ou seja, as prefeituras não informam os quatro demonstrativos por praticarem sua tomada de decisões embasada somente na visão orçamentária, sendo que o patrimônio deveria também ser levado em conta nas decisões para se contemplar a estrutura administrativa em sua totalidade.

4.3 Audiências Públicas divulgadas pelas administrações municipais

As audiências públicas foram observadas nos portais eletrônicos no sentido de parceria atuante entre governo e sociedade no processo decisório, e um exemplo disso seriam as realizações de audiências com o intuito de apresentação, adaptação e confecção de um plano plurianual, então dessa forma os cidadãos poderiam opinar e muitas vezes adaptar o orçamento de sua cidade de acordo com as suas demandas.

Observa-se que o mecanismo mais despadronizado de um portal para outro foi a divulgação das audiências públicas pelas prefeituras surgindo a necessidade de um modelo uniforme a ser seguido pelos sites quanto ao item audiências públicas, englobando os instrumentos de convocação, a apreciação dos documentos discutidos e até mesmo modos de a sociedade opinar no próprio portal sobre o assunto em questão. Dessa maneira, a população terá facilidade de encontrar o que procura no portal, promovendo um maior controle social.

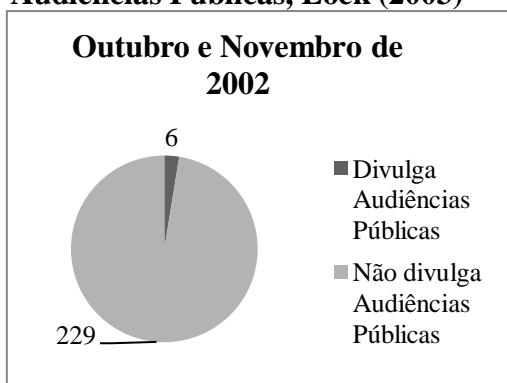
O apêndice ao final do trabalho demonstra que 52 cidades do interior divulgavam suas audiências públicas na internet e 23 capitais também o faziam. Quando se verificava no portal apenas notícias sobre audiências públicas já realizadas, sem convocação ou apreciação de documentos ou assuntos abordados nas audiências, o município recebia pontuação zero na planilha, pois a divulgação posterior ao fato não alcança o objetivo da participação popular.

A análise feita por Lock (2003) exibiu apenas 6 municípios contendo evidenciação sobre audiências públicas na internet, então houve um aumento significativo de municípios que possuem no meio eletrônico essa informação, totalizando agora 75 prefeituras. Com o resultado constata-se que as administrações municipais estão dando maior relevância à participação popular fortalecendo a democracia no município.

Para ilustrar o constatado os Gráficos 2 e 3 mostram na área mais escura os municípios que divulgam suas audiências públicas dentre os 235 para os períodos de Outubro e Novembro de 2002 e Janeiro e Fevereiro de 2013, respectivamente, vê-se então o aumento considerável da área azul demonstrando um aumento considerável de municípios preocupados com a participação popular.

GRÁFICO 2

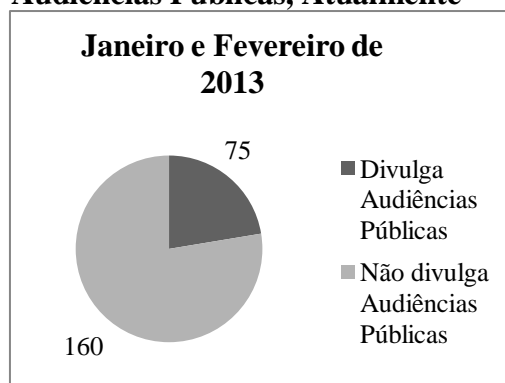
Audiências Públicas, Lock (2003)



Fonte: Dados de Pesquisa

GRÁFICO 3

Audiências Públicas, Atualmente



Fonte: Dados de Pesquisa

4.4 Contato direto entre Prefeitura e Cidadão através do meio Eletrônico

O contato direto do cidadão com a prefeitura é uma importante ferramenta de participação popular, porque demonstra a disponibilidade do governo para com os munícipes além de fornecer um meio pelo qual a pessoa pode fazer elogios, reclamações, denúncias, sugestões, e por fim, cumpre com o previsto na Lei de Acesso à informação, pois é fornecido um meio de solicitar informações não encontradas no portal eletrônico.

A importância do meio eletrônico na administração pública é vista por Alexandrini, et al (2007) através dos órgãos governamentais utilizando-se “destes recursos como um importante instrumento de prestação de serviços à sociedade, reduzindo os custos, ampliando

atendimento, além de gerar facilidades a população que se beneficiam diretamente dessas soluções”, dessa maneira, o contato eletrônico se insere como facilitador da interação entre governo e sociedade.

Os resultados encontrados para este subitem verificam 95 municípios com contato eletrônico com a sociedade, seja por e-mail ou ferramenta no próprio portal, em relação à 2003 em que 35 municípios tinham o meio eletrônico de comunicação, houve um grande aumento em termos numéricos, porém por se tratar de item essencial da participação popular o produto encontrado não é ideal pois não atinge nem 50% da amostra pesquisada. Em compensação um ponto positivo a lograr é o fato de em 2003 apenas três capitais mantinham o meio de contato, já em 2013 as capitais tiveram um aumento expressivo, onde 24 apresentam e-mail ou utensílio no próprio site para contato com o cidadão.

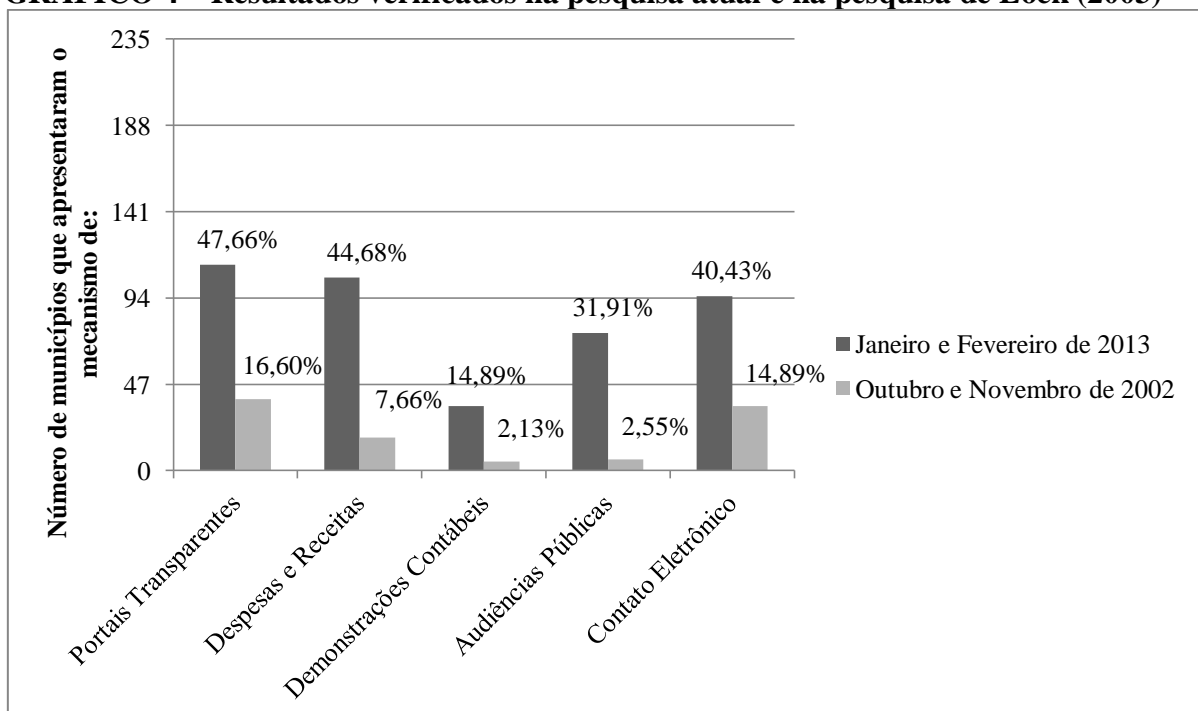
No artigo em questão, para que fosse considerada no resultado a forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico era essencial que o site da prefeitura contivesse mais um mecanismo de transparência disponível nas condições previstas nos subitens anteriores, pois somente o contato eletrônico não é garantia que o site da prefeitura está atualizado e que a prefeitura irá responder a mensagem enviada, pois o site desatualizado caracteriza sua inutilização ou pouco envolvimento da administração municipal com o portal.

Neste caso, se na página da prefeitura constasse apenas o meio de contato e esta estivesse desatualizada, o município também consta na planilha com a informação de que não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão.

4.5 Comparativo dos Mecanismos de Transparência entre as duas pesquisas

Vê-se no Gráfico 4 que nenhum dos mecanismo de transparência foi apresentado em pelo menos 50% da amostra de 235 municípios para a pesquisa nos sites municipais, assim o Gráfico sintetiza os dados apresentados no apêndice, onde vê-se o percentual da amostra de portais municipais que apresentaram o mecanismo especificado no eixo horizontal e o eixo vertical o número de municípios da mostra que apresentaram o mecanismo.

GRÁFICO 4 – Resultados verificados na pesquisa atual e na pesquisa de Lock (2003)



Fonte: Dados de Pesquisa

5. Considerações Finais

A análise de dados da transparência eletrônica municipal exhibe uma grande evolução em termos numéricos da verificação realizada entre Outubro e Novembro de 2002 para Janeiro e Fevereiro de 2013, com 112 sites de prefeitura atualmente mantendo informações sobre transparência da gestão nos mecanismos analisados.

Porém, contando-se o período entre a pesquisa de Lock e a atual, de aproximadamente 10 anos, e os adventos incorporados à lei referentes à transparência, a evolução poderia ter sido mais profunda, sendo 2013, o ano que de acordo com a Lei Complementar nº 131/2009 – Lei de Transparência, todos os municípios teriam meios eletrônicos com informações transparentes e de incentivo à participação popular, mas na situação atual menos de 50% da amostra apresentou informações de transparência pesquisadas.

O objetivo geral da pesquisa de verificar a evolução da transparência eletrônica apresentada pela gestão dos municípios do Brasil é constatado no primeiro parágrafo deste subitem, apesar de não ser o aumento necessário para uma transparência total, o número de municípios que informam com clareza informações de sua gestão na internet quase triplicou, pois na constatação de Lock (2003) apenas 39 o faziam, enquanto em 2013 foram 112.

Ficou evidenciado que as informações encontradas em maior número eram voltadas para a visão orçamentária, em detrimento da percepção do patrimônio da Entidade, visto que o mecanismo referente às demonstrações contábeis foi o menos encontrado nos portais municipais dentre os mecanismos pesquisados, e os demonstrativos contábeis terem como objeto o patrimônio da entidade.

Destacaram-se na pesquisa alguns aspectos que separavam as prefeituras com informações de transparência das demais, onde as administrações municipais que mantinham seus portais eletrônicos atualizados quanto a quesitos transparentes, apresentavam no mínimo informações de sua gestão do ano de 2011 e sobre a totalidade da estrutura municipal, tendo seus mecanismos de transparência funcionamento normal para apresentação de informações ao cidadão, no momento da pesquisa no portal eletrônico.

Importante citar que dos 65 sites que não se encontrou no portal eletrônico da prefeitura, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão, em 13 o ocorrido aconteceu pelo fato dos sites estarem fora do ar, impossibilitando o exame de pesquisa nas tentativas de acesso ao site.

Observa-se também a necessidade de padronização dos mecanismos de transparência nos portais eletrônicos com o intuito de facilitar a procura pelas informações de gestão demandadas pelo cidadão. Assim, uma forma de padronização seria todos os portais agruparem em um só link os mecanismos relativos à transparência de: Receitas e Despesas, Demonstrações Contábeis, Relatórios da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal, Audiências Públicas e Contato com a Prefeitura.

A partir dos resultados de pesquisa sugere-se como temas a serem analisados: Pesquisar o custo das prefeituras para manutenção de portais eletrônicos e como as estas enxergam esse mecanismo de interação com a sociedade; Relacionar o nível de controle social apresentado com o nível de transparência evidenciado na gestão governamental; Comparar o IDH dos municípios com a transparência apresentada pela administração municipal; e verificar o entendimento do cidadão quanto às informações de transparência pública.

O aumento de eficiência da máquina pública e a conseqüente diminuição da corrupção estão relacionados a vários fatores de planejamento, execução e transparência da gestão pública. Um dos principais fatores seria o aumento dos mecanismos de controle em especial o controle social, para isso é essencial um maior engajamento e participação da sociedade exigindo de seus governantes mecanismos de transparência que demonstrem a real situação da estrutura pública.

6. Referências bibliográficas

- ALEXANDRINI, Fábio et al. **Estratégias em Governo Eletrônico Municipal – Prefeitura Virtual**. In: Encontro da ANPAD, XXXI, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2007/ADI/ADIA1073.pdf>. Acesso em 08/02/2013.
- ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL. **A importância da transparência**. Disponível em: <http://www.ba.tmunicipal.org.br/institucional/?pagina=a_importancia>. Acesso em 25/12/2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____, LEI COMPLEMENTAR Nº 131 DE 27 DE MAIO DE 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Recuperado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 01/11/2012.
- _____, LEI COMPLEMENTAR Nº 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964. Estatuí normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Recuperado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm>. Acesso em: 28/11/2012.
- _____, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Lei Complementar Nº 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. Recuperado em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 15/11/2012.
- _____, LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Recuperado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 01 de Novembro de 2012.
- BOINA, T. M. et al. **Evidenciação contábil nos municípios mineiros: atendimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal**. In: Anais do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Gramado, RS, 2008. Disponível em: <http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/486.pdf>. Acesso em: 01/12/2012.
- CABRAL, Antonio. **Os Efeitos Processuais da Audiência Pública**. In: Revista de Direito do Estado, nº 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-13-FEVEREIRO-2008-ANTONIO%20CABRAL.pdf>>. Acesso em: 15/12/2012.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 774, de 16 de dezembro de 1994**. Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_774.doc>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2013.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Transparência Pública: Páginas de Transparência**. Disponível em: <<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/>>. Acesso em 03 de Outubro de 2012.
- CRUZ, C. F. et al. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros**. Revista de Administração Pública, RJ, 46(1), pp. 153-76, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a08.pdf>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – IFAC. **Governance in the public sector: a governing body perspective**. Nova York: 2001. Disponível em: <<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/study-13-governance-in-th.pdf>>. Acesso em: 03 de Novembro de 2012.
- LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LIMA, Rafael Costa. **Accountability: Uma análise comparativa entre o Poder Executivo e Judiciário sobre a divulgação de dados e informações, em seus sítios eletrônicos**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Contabilidade Pública apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- LOCK, Fernando do Nascimento. **Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na internet**. Dissertação (mestrado em gestão pública para o desenvolvimento do Nordeste) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040210180938.pdf>>. Acesso em 15 de Outubro de 2012.
- OLIVEIRA, Arildo da Silva. **Controle Social: Perspectivas para a fiscalização popular da administração pública no Brasil**. In: Prêmio Serzedello Corrêa 2001: Monografias Vencedoras: Perspectivas para o Controle

social e a Transparência da Administração Pública, Brasília, TCU, pp. 143-210, 2002. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/concursos/premio_serzedello/concursos_anteriores/monografias_2001.pdf>. Acesso em: 05/12/2012.

PAIVA, C.P.R.; ZUCCOLOTTO, R. **Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público**. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII, São Paulo, 2009. Anais... Anpad, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2009/APS/APS332.pdf>. Acesso em 13/12/2012.

PORTO, Éderson Garin; CASTRO, Fabio Caprio Leite de; PEROTTONI, Felipe Luciano. **A Lei de Responsabilidade Fiscal e os meios eletrônicos como forma de promoção da transparência fiscal na gestão pública**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1080, 16 jun. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8533>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2012.

PRADO, Sérgio. **Transferências Fiscais e Financiamento Municipal no Brasil**. Trabalho elaborado no contexto do Projeto: descentralização fiscal e cooperação financeira intergovernamental. EBAP/ K. ADENAUER, sob coordenação do Professor Fernando A. Resende. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/TransferenciasFiscais%26FinancMunicipal.pdf>>. Acesso em 05 de Dezembro de 2012.

SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. **Transparência na administração pública: o que mudou depois da Lei de Responsabilidade Fiscal? Um estudo exploratório em seis Municípios da região metropolitana de Salvador**. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador, v. 1, n.1, p. 48-61 set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/2579/1822>>. Acesso em 01 de novembro 2012.

SANTANA JUNIOR, Jorge José Barros et al. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 3, n. 3, p. 62-84, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/101/64>>. Acesso em 02 de Novembro de 2012.

SANTOS, Jefferson Cerqueira dos. **O Poder Executivo Municipal nos Portais de Transparência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. **Democracia, desigualdades e governança local: dilemas da reforma municipal no Brasil**. Cadernos Metrópole, nº 8, pp. 87-103. 2002. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9252/6864>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN); MINISTÉRIO DA FAZENDA; SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 5ª Ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2013.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Portaria nº 753, de 21 de Dezembro de 2012**. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Portaria_STN_753-2012_Altera_Portarias_STN_437_2012_828-2011.pdf>. Acesso em: 04/03/2013.

SOARES, E. **A audiência pública no processo administrativo**. In: Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, DF, v. 12, n. 24, p. 22-49, 2002. Disponível em: <<http://www.prt22.mpt.gov.br/artigos/trabevan34.pdf>>. Acesso em: 10/12/2012.

VAZ, J. C. **Como incorporar a transparência em um modelo de gestão municipal?** Instituto Polis, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/821/821.pdf>>. Acesso em 05/12/2012.

VIEIRA, L. E. P. O. **Transparência e Controle da Gestão Fiscal: A Lei Complementar Nº 131/09 e sua regulamentação**. Goiás: Associação Nacional do Ministério Público de Contas, 2011. 21 p. Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3665/3/transparencia_controle_gestao_fiscal.pdf>. Acesso em 04 de Dezembro de 2012.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, São Paulo, vol. 8, n. 13, p. 77-87, set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf>>. Acesso em 05/11/2012.

7. Apêndice

PREFEITURAS PESQUISADAS - CIDADES DO INTERIOR									
MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico	Evidenciação das Despesas e Receitas	Detalhamento das Despesas e Receitas	Temporalidade das Despesas e Receitas	Demonstrações Contábeis das Entidades Públicas	Divulgação sobre Audiências Públicas	Forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico
Acorizal	MT	23/1/2013	www.pmacorizal.com.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Água Doce do Norte	ES	20/1/2013	www.aguadocedonorte.es.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Águas Belas	PE	24/1/2013	www.aguasbelas.pe.gov.br	1	1	0	1	0	1
Águas de São Pedro	SP	19/1/2013	www.aguasdesaopedro.sp.gov.br	1	1	1	0	0	1
Alto Alegre	RR	24/1/2013	www.altoalegre.rr.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Amajari	RR	20/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Anajás	PA	20/1/2013	www.anajas.pa.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Ananindeua	PA	24/1/2013	www.ananindeua.pa.gov.br	1	1	1	0	1	1
Araguaína	TO	19/1/2013	www.araguaina.to.gov.br	1	1	1	0	0	1
Arapiraca	AL	19/1/2013	www.arapiraca.al.gov.br	1	1	0	0	0	0
Ariquemes	RO	26/1/2013	www.ariquemes.ro.gov.br	1	1	1	0	1	1
Barra do Turvo	SP	26/1/2013	www.barradoturvo.sp.gov.br	1	1	1	0	0	1
Barra dos Coqueiros	SE	26/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Barroquinha	CE	26/1/2013	www.barroquinha.ce.gov.br	1	0	0	0	1	1
Bela Vista do Piauí	PI	21/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Belágua	MA	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Benevides	PA	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Boa Vista do Ramos	AM	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Branquinha	AL	24/1/2013	branquinha-al.com.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Brasiléia	AC	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Buíque	PE	21/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Buritópolis	GO	26/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Cabaceiras	PB	26/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Cabedelo	PB	26/1/2013	www.cabedelo.pb.gov.br	1	1	1	0	0	1
Cachoeira do Piriá	PA	21/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Calçoene	AP	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Caldas Novas	GO	19/1/2013	www.caldasnovas.go.gov.br	1	1	1	0	1	1
Campina Grande	PB	19/1/2013	www.campinagrande.pb.gov.br	1	1	1	0	0	0
Campo Belo do Sul	SC	28/1/2013	www.campobelodosul.sc.gov.br	1	0	0	0	0	1
Campo Grande	AL	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Campos de Júlio	MT	28/1/2013	www.camposdejulio.mt.gov.br	1	0	0	0	1	1
Cantá	RR	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Capim	PB	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Caracaraí	RR	24/1/2013	www.caracarai.rr.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Caraúbas do Piauí	PI	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						

MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico	Evidenciação das Despesas e Receitas	Detalhamento das Despesas e Receitas	Temporalidade das Despesas e Receitas	Demonstrações Contábeis das Entidades Públicas	Divulgação sobre Audiências Públicas	Forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico
Cariacica	ES	27/1/2013	www.cariacica.es.gov.br	1	0	0	0	1	1
Carira	SE	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Carnaúba dos Dantas	RN	19/1/2013	www.carnaubadosdantas.rn.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Carrasco Bonito	TO	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Casserengue	PB	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Caucaia	CE	28/1/2013	www.caucaia.ce.gov.br	1	1	1	0	1	0
Cavalcante	GO	28/1/2013	www.cavalcante.go.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Caxingó	PI	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Cerro Negro	SC	28/1/2013	www.cerronegro.sc.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Chapadão do Céu	GO	19/1/2013	www.chapadaodoceu.go.gov.br	1	1	1	0	1	0
Chapadão do Sul	MS	29/1/2013	www.chapadaodosul.ms.gov.br	1	0	0	0	1	1
Cidade Ocidental	GO	29/1/2013	www.cidadeocidental.go.gov.br	1	0	0	0	0	0
Conselheiro Lafaiete	MG	19/1/2013	www.conselheirolafaiete.mg.gov.br	1	1	1	0	1	1
Coronel João Sá	BA	29/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Crato	CE	20/1/2013	www.crato.ce.gov.br	1	1	1	0	1	1
Curimatá	PI	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Curral de Cima	PB	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Dias d'Ávila	BA	29/1/2013	www.diasdavila.ba.gov.br	Site fora do ar					
Dourados	MS	20/1/2013	www.dourados.ms.gov.br	1	0	1	0	1	1
Entre Rios	SC	29/1/2013	www.entrerios.sc.gov.br	1	0	0	0	0	1
Entre Rios do Oeste	PR	20/1/2013	www.entreriosdoeste.pr.gov.br	1	1	1	1	1	1
Envira	AM	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Epitaciolândia	AC	24/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Esperantina	TO	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Feijó	AC	24/1/2013	www.feijo.ac.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Fernando de Noronha	PE	20/1/2013	www.noronha.pe.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Fernando Falcão	MA	25/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Flor do Sertão	SC	29/1/2013	www.flordosertao.sc.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Floriano	PI	20/1/2013	www.floriano.pi.gov.br	Site fora do ar					
Fruta de Leite	MG	20/1/2013	www.frutadeleite.mg.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Gaúcha do Norte	MT	29/1/2013	www.gauchadonorte.mt.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Godoy Moreira	PR	25/1/2013	www.godoymoreira.pr.gov.br	1	1	0	1	0	1
Governador Jorge Teixeira	RO	29/1/2013	www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Granja	CE	20/1/2013	www.granja.ce.gov.br	Site fora do ar					
Guajará-Mirim	RO	29/1/2013	www.guajaramirim.ro.gov.br	1	0	0	0	1	1
Guarani de Goiás	GO	29/1/2013	guaranidegoias.go.gov.br/index2.php	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Guarapari	ES	29/1/2013	www.guarapari.es.gov.br	1	1	1	0	1	1
Guaribas	PI	25/1/2013	www.guaribas.pi.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Guimarães	MA	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						

MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico	Evidenciação das Despesas e Receitas	Detalhamento das Despesas e Receitas	Temporalidade das Despesas e Receitas	Demonstrações Contábeis das Entidades Públicas	Divulgação sobre Audiências Públicas	Forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico		
Gurupi	TO	29/1/2013	www.gurupi.to.gov.br	1	1	1	1	0	1		
Harmonia	RS	29/1/2013	www.prefeituraharmonia.rs.gov.br	1	1	1	0	1	1		
Ibitirama	ES	29/1/2013	www.ibitirama.es.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Imperatriz	MA	20/1/2013	www.imperatriz.ma.gov.br	1	1	1	0	1	1		
Ipixuna	AM	29/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Itamarati	AM	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Itapiranga	AM	29/1/2013	www.itapiranga.am.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Itapirapuã Paulista	SP	29/1/2013	www.itapirapuapaulista.sp.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Jaboatão dos Guararapes	PE	29/1/2013	www.jaboatao.pe.gov.br	0	0	0	0	1	1		
Japi	RN	27/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Japorã	MS	29/1/2013	www.japora.ms.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Jaraguá do Sul	SC	20/1/2013	www.jaraguadosul.sc.gov.br	1	1	1	0	1	1		
Ji-Paraná	RO	20/1/2013	www.ji-parana.ro.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Jordão	AC	28/1/2013	www.jordao.ac.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Juiz de Fora	MG	20/1/2013	www.pjf.mg.gov.br	1	1	1	1	1	1		
Juti	MS	28/1/2013	www.juti.ms.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Ladário	MS	29/1/2013	www.ladario.ms.gov.br	1	0	1	0	1	0		
Lagoa dos Três Cantos	RS	29/1/2013	www.lagoa3cantos.rs.gov.br	1	0	1	1	1	1		
Lagoão	RS	29/1/2013	www.lagoao.rs.gov.br	1	1	0	0	0	1		
Lajeado	TO	29/1/2013	www.lajeado.to.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Lajeado do Bugre	RS	29/1/2013	www.lajeadodobugre.rs.gov.br	1	0	0	0	0	1		
Laranjal do Jarí	AP	25/1/2013	www.laranjaldojari.ap.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Lauro de Freitas	BA	29/1/2013	www.laurodefreitas.ba.gov.br	1	1	1	1	0	1		
Lucas do Rio Verde	MT	20/1/2013	www.lucasdorioverde.mt.gov.br	1	1	1	0	1	1		
Madre de Deus	BA	30/1/2013	www.madredeus.ba.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Manari	PE	30/1/2013	manari.transparenciadascontas.com.br	1	1	0	1	0	0		
Maracanau	CE	30/1/2013	www.maracanau.ce.gov.br	1	1	1	0	1	1		
Marechal Cândido Rondon	PR	30/1/2013	www.mcr.pr.gov.br	1	1	1	1	1	1		
Marituba	PA	20/1/2013	www.marituba.pa.gov.br	Site fora do ar							
Martins	RN	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Massapê do Piauí	PI	22/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Mateiros	TO	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Mazagão	AP	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Melgaço	PA	28/1/2013	www.prefeiturademelgaco.pa.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Mirante da Serra	RO	20/1/2013	www.mirantedaserra.ro.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							
Monte das Gameleiras	RN	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado								
Morro Reuter	RS	30/1/2013	www.morroreuter.rs.gov.br	1	1	1	0	0	1		
Mossoró	RN	20/1/2013	2013.prefeiturademossoro.com.br	1	1	1	0	1	1		
Mucurici	ES	30/1/2013	www.mucurici.es.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão							

MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico	Evidenciação das Despesas e Receitas	Detalhamento das Despesas e Receitas	Temporalidade das Despesas e Receitas	Demonstrações Contábeis das Entidades Públicas	Divulgação sobre Audiências Públicas	Forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico
Natividade da Serra	SP	20/1/2013	www.natividadedaserra.sp.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Nilópolis	RJ	30/1/2013	www.nilopolis.rj.gov.br	Site fora do ar					
Ninheira	MG	20/1/2013	www.ninheira.mg.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Niterói	RJ	21/1/2013	www.niteroi.rj.gov.br	1	1	1	1	0	1
Nossa Senhora Aparecida	SE	29/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Nossa Senhora do	MT	30/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Nossa Senhora do Socorro	SE	30/1/2013	www.socorro.se.gov.br	0	0	0	0	1	1
Nova Lima	MG	21/1/2013	www.novalima.mg.gov.br	1	1	1	0	0	1
Nova Mutum	MT	21/1/2013	www.novamutum.mt.gov.br	1	1	1	1	1	1
Nova Santa Rosa	PR	21/1/2013	www.novasantarosa.pr.gov.br	1	1	1	1	1	1
Olho d'Água Grande	AL	29/1/2013	www.olhodaguagrande.al.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Olinda	PE	21/1/2013	www.olinda.pe.gov.br	1	1	1	0	1	1
Ortigueira	PR	21/1/2013	www.ortigueira.pr.gov.br	1	0	0	0	1	1
Pacaraima	RR	25/1/2013	www.pacaraima.rr.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Pacatuba	CE	21/1/2013	www.pacatuba.ce.gov.br	Site fora do ar					
Paço do Lumiar	MA	21/1/2013	www.pacodolumiar.ma.gov.br	1	1	1	0	0	1
Paraíso do Tocantins	TO	30/1/2013	www.paraíso.to.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Paranhos	MS	30/1/2013	www.pmparanhos.com.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Parecis	RO	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Parintins	AM	30/1/2013	www.parintins.am.gov.br	Site fora do ar					
Parnamirim	RN	21/1/2013	www.parnamirim.rn.gov.br	1	1	1	0	1	1
Pauini	AM	21/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Paulista	PE	30/1/2013	www.paulista.pe.gov.br	1	1	1	1	1	0
Pedra Branca do Amapará	AP	30/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Pedro Alexandre	BA	30/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Pedro Laurentino	PI	21/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Plácido de Castro	AC	21/1/2013	www.pmpc.ac.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Poço Dantas	PB	22/1/2013	www.pocodantas.pb.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Poço Redondo	SE	30/1/2013	www.pocoredondo.se.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Pomerode	SC	22/1/2013	www.pomerode.sc.gov.br	1	0	0	0	1	1
Portel	PA	28/1/2013	www.portel.pa.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Porto Estrela	MT	30/1/2013	www.portoestrela.mt.gov.br	1	1	1	1	1	1
Porto Grande	AP	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Porto Walter	AC	30/1/2013	www.pmporowalter.com.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Potengi	CE	30/1/2013	www.potengi.ce.gov.br	1	0	0	0	0	0
Presidente Kennedy	ES	31/1/2013	www.presidentekennedy.es.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Primavera do Leste	MT	22/1/2013	www.pva.mt.gov.br/pva	1	1	1	0	1	1
Quatro Pontes	PR	31/1/2013	www.quatropontes.com	1	1	1	1	1	0
Recursolândia	TO	21/1/2013	www.recursolandia.to.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					

MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico	Evidenciação das Despesas e Receitas	Detalhamento das Despesas e Receitas	Temporalidade das Despesas e Receitas	Demonstrações Contábeis das Entidades Públicas	Divulgação sobre Audiências Públicas	Forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico
Rio Largo	AL	22/1/2013	www.riolargo.al.gov.br	Site fora do ar					
Rosário do Catete	SE	31/1/2013	www.rosariodocatete.se.gov.br	1	0	0	0	0	1
Salitre	CE	21/1/2013	www.salitre.ce.gov.br	Site fora do ar					
Saltinho	SP	22/1/2013	www.saltinho.sp.gov.br	1	1	1	0	0	1
Santa Brígida	BA	23/1/2013	www.santabrigida.ba.gov.br	Site fora do ar					
Santa Luzia do Itanhy	SE	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Santa Luzia do Norte	AL	28/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Santa Rosa do Purus	AC	30/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Santana	AP	28/1/2013	www.santana.ap.gov.br	0	0	0	0	1	0
Santana da Ponte Pensa	SP	31/1/2013	www.santanapontepensa.sp.gov.br	1	0	0	0	0	1
Santana do Maranhão	MA	25/1/2013	www.santanadomaranhao.ma.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Santos	SP	23/1/2013	www.santos.sp.gov.br	1	1	1	0	1	1
São Caetano do Sul	SP	23/1/2013	www.saocaetanodosul.sp.gov.br	1	1	1	0	1	1
São Cristóvão	SE	31/1/2013	www.saocristovao.se.io.org.br	1	1	1	0	0	1
São Domingos	GO	23/1/2013	www.saodomingos.go.gov.br	1	1	1	0	0	1
São Francisco de Itabapoana	RJ	31/1/2013	www.pmsfi.rj.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
São Gabriel do Oeste	MS	31/1/2013	www.saogabriel.ms.gov.br	1	0	0	0	1	1
São Jerônimo da Serra	PR	31/1/2013	saojeronimodaserra.pr.gov.br	1	0	0	1	0	1
São João da Baliza	RR	31/1/2013	www.pmsaojoaodabaliza.com.br	1	1	1	0	0	1
São João das Missões	MG	31/1/2013	www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
São João de Meriti	RJ	23/1/2013	www.prefeiturasaojoaodemeriti.rj.gov.br	1	0	1	0	0	1
São João do Carú	MA	22/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
São João do Oeste	SC	31/1/2013	www.saojoao.sc.gov.br	0	0	0	0	1	1
São José de Ribamar	MA	25/1/2013	www.saojosederibamar.ma.gov.br	1	1	1	0	1	1
São José de Ubá	RJ	30/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
São José do Herval	RS	31/1/2013	www.sjherval.com.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
São José do Norte	RS	31/1/2013	www.saojosedonorte.rs.gov.br	1	1	0	0	1	1
São Luiz	RR	22/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
São Miguel de Touros	RN	22/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
São Vendelino	RS	31/1/2013	www.saovendelino.rs.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Satuba	AL	23/1/2013	www.satuba.al.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Senador Guimard	AC	28/1/2013	www.senadorguimard.ac.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Serra	ES	23/1/2013	www.serra.es.gov.br	1	1	1	0	1	1
Serra Caiada	RN	31/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Serra do Navio	AP	21/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Setubinha	MG	23/1/2013	www.setubinha.mg.gov.br	Site fora do ar					
Silves	AM	25/1/2013	www.silves.am.gov.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Simões Filho	BA	31/1/2013	www.simoesfilho.ba.gov.br	1	0	0	0	1	1
Sumidouro	RJ	30/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						

MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico	Evidenciação das Despesas e Receitas	Detalhamento das Despesas e Receitas	Temporalidade das Despesas e Receitas	Demonstrações Contábeis das Entidades Públicas	Divulgação sobre Audiências Públicas	Forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico
Tacuru	MS	31/1/2013	www.prefeituradetacuru.com.br	Não foram encontrados no portal, dados e informações atualizadas, disponibilizadas como forma de transparência da gestão					
Tartarugalzinho	AP	30/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Timbó	SC	23/1/2013	www.timbo.sc.gov.br	1	1	1	0	1	1
Traipu	AL	21/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Trajanópolis	RJ	31/1/2013	www.trajanodemoraes.rj.gov.br	1	0	1	0	0	1
Tucuruí	PA	28/1/2013	www.pmt.pa.gov.br	1	1	1	0	0	0
Tunas do Paraná	PR	31/1/2013	www.tunasdoparana.pr.gov.br	1	0	0	0	0	0
Tupanatinga	PE	22/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Uberlândia	MG	23/1/2013	www.uberlandia.mg.gov.br	1	1	1	1	1	1
Uiramutã	RR	25/1/2013	Site da prefeitura não encontrado						
Vale do Anari	RO	21/1/2013	www.valedoanari.ro.gov.br	Site fora do ar					
Valparaíso de Goiás	GO	31/1/2013	www.valparaisodegoias.go.gov.br	1	0	0	0	1	0
Várzea	PB	28/1/2013	www.varzea.pb.gov.br	Site fora do ar					
Vila Velha	ES	23/1/2013	www.vilavelha.es.gov.br	0	0	0	0	1	1
Vilhena	RO	28/1/2013	www.vilhena.ro.gov.br	1	1	1	0	1	1
Volta Redonda	RJ	23/1/2013	www.voltaredonda.rj.gov.br	1	0	1	0	1	1
Wenceslau Guimarães	BA	28/1/2013	www.wenceslauguimaraes.ba.io.org.br	1	0	0	0	0	1

PREFEITURAS PESQUISADAS – CAPITAIS E DISTRITO FEDERAL									
MUNICÍPIO	ESTADO	Data de Acesso	Endereço Eletrônico	Evidenciação das Despesas e Receitas	Detalhamento das Despesas e Receitas	Temporalidade das Despesas e Receitas	Demonstrações Contábeis das Entidades Públicas	Divulgação sobre Audiências Públicas	Forma de contato direto entre a prefeitura e o cidadão através do meio eletrônico
Aracaju	SE	1/2/2013	www.aracaju.se.gov.br	1	1	1	1	1	1
Belém	PA	1/2/2013	www.belem.pa.gov.br	1	1	1	0	0	0
Belo Horizonte	MG	1/2/2013	www.pbh.gov.br	1	1	0	1	1	1
Boa Vista	RR	1/2/2013	www.boavista.rr.gov.br	1	0	1	0	1	1
Distrito Federal	DF	1/2/2013	www.df.gov.br	1	1	0	0	1	1
Campo Grande	MS	1/2/2013	www.pmcg.ms.gov.br	1	0	1	1	1	1
Cuiabá	MT	1/2/2013	www.cuiaba.mt.gov.br	1	1	0	1	1	1
Curitiba	PR	1/2/2013	www.curitiba.pr.gov.br	0	0	0	0	1	1
Florianópolis	SC	1/2/2013	www.pmf.sc.gov.br	1	1	1	1	1	1
Fortaleza	CE	1/2/2013	www.fortaleza.ce.gov.br	1	1	1	1	0	1
Goânia	GO	1/2/2013	www.goiania.go.gov.br	1	0	1	0	1	1
João Pessoa	PB	2/2/2013	www.joaopessoa.pb.gov.br	1	1	1	0	1	1
Macapá	AP	2/2/2013	www.macapa.ap.gov.br	1	1	0	1	1	1
Maceió	AL	1/2/2013	www.maceio.al.gov.br	1	1	1	1	1	1
Manaus	AM	2/2/2013	www.manaus.am.gov.br	1	0	0	1	1	0
Natal	RN	1/2/2013	www.natal.rn.gov.br	1	1	1	1	1	1
Palmas	TO	2/2/2013	www.palmas.to.gov.br	1	1	1	0	0	1
Porto Alegre	RS	1/2/2013	www.portoalegre.rs.gov.br	1	1	1	1	1	1
Porto Velho	RO	2/2/2013	www.portovelho.ro.gov.br	1	1	1	0	1	0
Recife	PE	1/2/2013	www.recife.pe.gov.br	1	1	1	1	1	1
Rio Branco	AC	3/2/2013	www.riobranco.ac.gov.br	0	0	0	1	1	1
Rio de Janeiro	RJ	1/2/2013	www.rio.rj.gov.br	1	1	1	1	1	1
Salvador	BA	1/2/2013	www.salvador.ba.gov.br	1	1	1	1	1	1
São Luís	MA	1/2/2013	www.saoluis.ma.gov.br	1	1	1	0	0	1
São Paulo	SP	1/2/2013	www.prefeitura.sp.gov.br	1	1	1	1	1	1
Teresina	PI	1/2/2013	www.teresina.pi.gov.br	1	1	0	1	1	1
Vitória	ES	2/2/2013	www.vitoria.es.gov.br	1	1	1	1	1	1